

ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE LAZER E ESPORTE NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS DE MINAS GERAIS A PARTIR DOS DOCUMENTOS NORTEADORES

Brisa de Assis Pereira¹

Luciano Pereira da Silva²

Belo Horizonte, MG, Brasil

Resumo: O presente estudo debateu o papel das universidades públicas federais de Minas Gerais na formulação de políticas de lazer e de esporte nos *campi*, através da análise documental dos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI's), dos Estatutos e dos Regimentos Gerais. Por meio de uma ferramenta de busca, os termos “lazer” e “esporte” foram quantificados e organizados em categoria de análises, identificando a localização destes nos documentos e a quais discursos foram vinculados. Os documentos indicaram que o lazer e o esporte estão presentes em todas as universidades investigadas em variadas instâncias (Extensão Universitária, Assistência Estudantil, Infraestrutura Física) e a partir de diferentes conceitos e objetivos. Entretanto, poucas são as universidades que conseguem definir uma política própria para seu desenvolvimento. A maioria os organiza na forma de eventos isolados e não como uma política efetiva de animação e os concebe de maneira funcionalista e assistencialista (promoção à saúde/qualidade de vida; manutenção/permanência dos estudantes na instituição; e possibilidade de interação social). Apenas quatro universidades indicaram compreendê-los de forma abrangente, enquanto parte integrante de suas ações educativas e enquanto direito constitucional que deve ser universalizado.

Palavras-chave: Lazer. Esporte. Política pública. Universidade pública.

ANALYSIS OF THE LEISURE AND SPORT POLICIES IN FEDERAL PUBLIC UNIVERSITIES OF MINAS GERAIS FROM THE GUIDING DOCUMENTS

Abstract: This study discussed the role of federal public universities in Minas Gerais in formulating leisure and sports policies on campuses through a documentary analysis of the Institutional Development Plans, the Statutes and the General Regiments of universities. Through a search tool, the terms “leisure” and “sport” were quantified and organized into a category of analysis, identifying their location in the documents and to which speeches they were linked. The documents indicated that leisure and sport are present in several instances (University Extension, Student Assistance, Physical Infrastructure), in all the universities investigated, from different

¹ Doutoranda (2020) e Mestra (2018) pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais. Licenciada em Educação Física pelo Centro Universitário Claretiano (2019). Bacharel em Educação Física pela Universidade Federal de Minas Gerais (2016). Diretora de Esporte e Lazer da Secretaria de Cultura, Esporte e Juventude da Prefeitura Municipal de Contagem/MG. Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte e Lazer POLIS/UFMG. Email: brisadeassis@hotmail.com

² Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais, Mestre em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (2007) e Graduado em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas (1997). Professor Adjunto do Departamento de Educação Física EEFETO/UFMG e Diretor do Centro Esportivo Universitário CEU/UFMG. Coordenador do Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte e Lazer POLIS/UFMG. Email: lpereira45@hotmail.com

concepts and objectives. However, few universities are able to define their own policy for their development. Most of them organize in form of isolated events and not as an effective leisure policy and conceive them in a functionalist and assistentialist (promoting health/quality of life; maintenance/permanence of students in the institution; and as a social interaction possibility). Only four universities have indicated to understand leisure policy, as an integral part of the educational actions being developed and as a constitutional right that must be universalized.

Keywords: Leisure. Sport. Public policy. Public university.

ANÁLISIS DE LAS POLÍTICAS DE OCIO Y DEPORTE EN LAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERALES DE MINAS GERAIS A PARTIR DE LOS DOCUMENTOS ORIENTADORES

Resumen: El estudio discutió el papel de las universidades públicas federales de Minas Gerais en la formulación de políticas de ocio y deporte en los campus universitarios, basado en la análisis documental de los Planes de Desarrollo Institucional, de los Estatutos y Regimientos Generales. A través de una herramienta de búsqueda, los términos “ocio” y “deporte” fueron cuantificados y organizados en una categoría de análisis, identificando su ubicación en los documentos y a qué discursos estaban vinculados. Los documentos indicaron que el ocio y el deporte están presentes en todas las universidades investigadas en distintas formas (Extensión universitaria, Asistencia al estudiante, Infraestructura física) y desde diferentes conceptos y objetivos. Sin embargo, pocas universidades definen una política para tu desarrollo. La mayoría los organiza en forma de eventos aislados y no como una política efectiva de animación y los concibe de manera funcionalista y asistencialista (promoción de la salud/calidad de vida; mantenimiento/permanencia de los estudiantes en la institución; y posibilidad de interacción social). Solo cuatro universidades indicaron que las entendieron de manera integral, como parte integral de sus acciones educativas y como un derecho constitucional que debería ser universalizado.

Palabras clave: Ocio. Deporte. Política pública. Universidad pública.

Introdução

O presente artigo elege como tema central o papel das universidades públicas federais do estado de Minas Gerais na formulação de políticas de lazer e de esporte nos *campi*. Com a preocupação em compreender as especificidades do problema e situá-lo no contexto socioeconômico atual, buscamos na literatura, por meio da pesquisa bibliográfica, os construtos teóricos que permearam a pesquisa, a saber: universidade pública, lazer, esporte e política cultural.

A universidade, tal como conhecemos, é fruto das complexas articulações com a sociedade e com o Estado e expressa, segundo Ferreira (2009), os diferentes projetos científicos, culturais, ideológicos e sociais de cada época. O processo de mundialização do capital influenciou os diversos planos da sociedade requerendo novos papéis para o

Estado e, conseqüentemente, para as políticas educacionais.

Nesse cenário, identificou-se duas frentes: a primeira, voltada ao setor privado, manifestando-se através do empresariamento da educação, em que um nicho empresarial passou a controlar a educação superior no país fortalecendo os processos de privatização, de “comodificação” (educação transformada em mercadoria, *commoditis*) e de mercantilização³; e, a segunda, manifestando-se por meio do desmantelamento da educação pública, gratuita e de qualidade.

Na medida em que a lógica da mercantilização da educação superior imperou nas instituições privadas (parcerias entre Estado e iniciativa privada para o provimento de um direito público constitucional), ela se alastrou para o interior das instituições públicas por meio da proliferação das Fundações de Apoio e da adoção do ENEM/SISU (Exame Nacional de Ensino Médio – ENEM, vinculado ao Sistema de Seleção Unificada – SISU) e do REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais).

Enquanto o ENEM/SISU unificou os vestibulares, transformando-os em um conjunto homogêneo de testes a ser aplicado anualmente, o REUNI contribuiu com a perda da autonomia universitária instaurando um ideário de produtividade acadêmica e incorporando indicadores de mercado.

Posto o conjunto de sucateamento, mercantilização e massificação das universidades públicas, a identidade histórica destas veio transitando “de um referencial mais acadêmico, em que a educação superior é vista como bem público e direito social, para um referencial economicista, baseado numa visão que acentua o pragmatismo, a competição e a privatização” (FERREIRA, 2009, p. 244).

Ao buscar uma alternativa eficaz e emancipatória para enfrentar a globalização neoliberal e suas imposições e contradições, Santos (2004) esboça a ideia de uma globalização “contra hegemônica”, ou seja, uma proposta de reforma criativa, democrática e emancipatória da universidade pública, articulada a um projeto de país que reúna diversos contratos políticos e sociais.

De forma similar, autores como Dourado (2011), Ferreira (2009), Chauí (2003), Ribeiro e Marin (2012) entre outros, propuseram uma “intervenção ativa da sociedade” no sentido de lutar por uma educação superior de qualidade, democrática e para todos, pautada pela defesa de um espaço político-acadêmico e social.

Baseados nesses preceitos, compreendemos que, para tomar a universidade pública por nova perspectiva, é necessário exigir que o Estado volte a compreendê-la como um direito (não privilégio ou serviço) e vislumbre a educação pelo prisma do investimento social e político, não como gasto público (CHAUÍ, 2003).

Defendemos que a formação dos profissionais do século XXI deva abarcar suas qualidades técnicas, sem abrir mão da dimensão sensorial da experiência. Ou seja, a universidade deve se comprometer em formar indivíduos criativos, críticos e cidadãos,

³ Como pode ser exemplificado, dentre outras, pela “Kroton Educacional” e a “Estácio Participações” que ocupam, respectivamente, o primeiro e segundo lugares no segmento do ensino superior.

sensíveis ao mundo à sua volta e comprometidos com a superação das injustiças sociais.

Nessa perspectiva, superando as visões simplista e funcionalista apregoadas ao lazer e ao esporte, compreendemos que estes fenômenos socioculturais podem desempenhar importante papel no processo de emancipação e formação crítica dos sujeitos e podem representar significativas ferramentas “contra hegemônicas” para construção de uma sociedade (universidade) mais justa.

Situamos o lazer e o esporte (como uma de suas manifestações) como uma esfera da ação humana, como um componente da cultura historicamente situada, uma vez que não é possível entender o lazer sem relação com outras esferas da vida social (MARCELLINO, 2007). De modo complementar, Gomes (2014) compreende o lazer como “necessidade humana” e “dimensão da cultura”⁴, constituindo “um campo de práticas sociais vivenciadas ludicamente pelos sujeitos, estando presente na vida cotidiana em todos os tempos, lugares e contextos” (p.9). Ainda segundo a autora, por meio de diferentes experiências, o lazer pode aguçar as sensibilidades e estimular a criticidade e a reflexão sobre as sociedades, visando transformá-las.

Outras possibilidades que ocorrem no lazer e não são tão perceptíveis (ou estimuladas) referem-se ao desenvolvimento pessoal e social que ele proporciona. Em suas diversas manifestações “estão presentes oportunidades privilegiadas, porque espontâneas, de tomada de contato, percepção e reflexão sobre as pessoas e as realidades nas quais estão inseridas” (MARCELLINO, 2012, p.14). Assim, o conteúdo das atividades de lazer pode ser altamente educativo e abrir diversas possibilidades pedagógicas de acordo com a forma como são desenvolvidos.

A partir de tais reflexões, vislumbramos como uma das possibilidades, ou seja, como um dos caminhos possíveis de intervenção, a proposta pedagógica discutida por Melo (2006) que tem a cultura como cerne de sua atuação: a Animação Cultural⁵. Esta deve ser fundamentada no estímulo a novas experiências, permitindo aos indivíduos o desenvolvimento do ato de julgar e criticar por meio de novos e múltiplos olhares acerca da vida e da realidade.

A função social de uma universidade vai além da transmissão de conhecimentos instrumentais requeridos por cada profissão. A formação de sujeitos implica uma reflexão ampliada abarcando as dimensões técnicas, políticas, teóricas e humanas, considerando-os seres resultantes de relações complexas, interligadas e interdependentes. Nesse contexto, educar “para o lazer”, ou seja, educar para possibilidades de escolha, pode minimizar o “empobrecimento” das sensibilidades tão difundido e estimulado pelo mercado.

Compreender a importância da “alfabetização cultural”, por meio das vivências

⁴ Por cultura compreende-se, de forma ampliada, um modo de viver, um “conjunto de normas, hábitos, valores, sensibilidades que concedem sentido e significado à vida em sociedade” (MELO, 2004, p.87).

⁵ Compreendida como uma tecnologia educacional (uma proposta de intervenção pedagógica), pautada na ideia de mediação, que busca contribuir para permitir compreensões mais aprofundadas acerca dos sentidos e significados culturais que concedem concretude à existência cotidiana (MELO, 2007).

subjetivas, pode ressignificar o papel destas dimensões na vida dos sujeitos e, inclusive, o espaço que ocupam nas agências de formação. De tal maneira, no âmbito universitário, as políticas de lazer devem ser compreendidas como vivências significativas da formação humana, uma vez que o acesso aos bens sociais e culturais faz parte da formação cidadã (RIBEIRO; MARIN, 2012).

A compreensão das universidades federais como instituições públicas que tem por objetivo socializar os conhecimentos teóricos/culturais ali produzidos, assim como a compreensão do lazer e do esporte enquanto elementos constitutivos da cidadania e instrumentos de formação e emancipação humana, fizeram-nos questionar a maneira que as universidades têm olhado para estas dimensões da formação.

Assim, com o objetivo de compreender o papel das universidades públicas federais do estado de Minas Gerais na formulação de políticas de lazer e de esporte nos *campi*, buscamos responder aos seguintes questionamentos: Existem políticas culturais direcionadas ao lazer e ao esporte nas universidades públicas federais do estado de Minas Gerais? Os mesmos são contemplados nos documentos oficiais que regem as universidades quanto suas diretrizes, missões e objetivos? Quais as concepções de lazer existentes nestas instituições? Quais os órgãos responsáveis por seu desenvolvimento?

Metodologia

A presente pesquisa foi desenvolvida, entre os anos de 2016 e 2018, a partir do campo de estudo específico das políticas públicas, onde propusemo-nos a estudar, dentro das fases e instâncias constitutivas do processo político⁶, aquelas relacionadas à agenda e ao planejamento das políticas culturais de lazer.

Estipulamos como objeto de investigação as universidades federais localizadas em Minas Gerais - por compreender que estas são unidades constituintes do Estado e, assim, devam contribuir na garantia e manutenção dos direitos constitucionais, incluindo o acesso ao esporte e lazer - e, como alternativa metodológica, a análise dos principais documentos que regem estas instituições. Para tanto, os Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI's), os Estatutos e os Regimentos Gerais constituíram as fontes primárias de coleta de dados. De modo a complementá-los, recorreremos aos *sites* oficiais das 11 universidades mineiras.

⁶ Maiores informações em FREY (2000).

Tabela 1 - **Relação das universidades investigadas**

Nº	INSTITUIÇÃO (IES)	MUNICÍPIO SEDE	Nº ALUNOS*	PDI**	SITE
01	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF)	Juiz de Fora	17.908 (2014)	2015/2019	ufjf.br
02	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)	Lavras	16.581 (2013)	2016/2020	ufla.br
03	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)	Belo Horizonte	48.949 (2015)	2013/2017	ufmg.br
04	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO (UFOP)	Ouro Preto	12.289 (2017)	2016/2025	ufop.br
05	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI (UFSJ)	São João Del Rei	14.559 (2014)	2014/2018	ufs.edu.br
06	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO (UFTM)	Uberaba	6.990 (2016)	2012/2016	uftm.edu.br
07	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU)	Uberlândia	19.714 (2014)	2016/2021	ufu.br
08	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)	Viçosa	21.375 (2015)	2012/2017	ufv.br
09	UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI (UFVJM)	Diamantina	9.041 (2014)	2012/2016	ufvjm.edu.br
10	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS (UNIFAL-MG)	Alfenas	6.373 (2016)	2016/2020	unifal-mg.edu.br
11	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ (UNIFEI)	Itajubá	7.676 (2016)	2015/2018	unifei.edu.br

* Os anos indicados abaixo do "nº de alunos" referem-se ao último censo realizado e disponibilizado ou no site das instituições ou na página do MEC.

** A coluna "PDI" informa os anos de abrangência dos PDI's que foram coletados durante o desenvolvimento da pesquisa.

Fonte: Tabela adaptada de MEC/REUNI.

A opção pela análise do PDI ocorreu por este ser um documento necessário para o credenciamento e recredenciamento das Instituições de Ensino Superior (IES) junto ao Ministério da Educação (MEC) ao final de cada ciclo avaliativo do SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), de acordo com a Lei nº 9.394/1996. Outro fator determinante para a escolha do PDI foi que o mesmo identifica as IES quanto "à filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver" (BRASIL, 2006). Ao abranger determinado período (normalmente quadriênio, mas pode variar conforme cada instituição) e ser uma exigência para todas as IES, torna-se um horizonte, uma forma de planejamento a médio/longo prazo, pelo qual as universidades devem se orientar.

O Estatuto e o Regimento Geral, por sua vez, são elaborados para disciplinar os aspectos organizacionais e de funcionamento dos órgãos e serviços das universidades. Assim, foram elencados também como fonte primária por conterem elementos perenes quanto à filosofia, objetivos, missão e valores das instituições (diferente dos PDI's, elaborados por um período de tempo específico).

Adotamos como estratégia para análise documental os pressupostos teóricos da análise de conteúdo de Laville e Dionne (1999). Dessa forma, realizamos transcrição dos trechos dos documentos que continham aproximações com os termos-chave: “cultura”, “lazer” e “esporte”. Estes foram categorizados a partir do modelo aberto, onde “as categorias não são fixas no início, mas tomam forma no curso da própria análise” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p.219).

Como é possível identificar na Tabela 1, o ano de vigência dos PDI's variou significativamente de uma instituição para outra. Como a pesquisa foi finalizada em 2018, analisamos documentos com vigências encerradas até 2017 (UFMG, UFTM, UFV e UFVJM); documentos com vigências encerradas até 2018 (UFSJ e UNIFEI); e documentos com vigência em anos futuros (referente às outras cinco instituições, UFLA, UFOP, UFSJ, UFU e UNIFAL).

Devido a essa desatualização realizamos, posteriormente, busca e análise nos sites oficiais das 11 instituições estabelecendo como foco de investigação os órgãos/setores, indicados pelos documentos, que apresentaram ocorrência dos termos-chave da presente pesquisa. As abas destinadas às Pró-Reitorias de Extensão e Cultura, Assuntos Comunitários e Estudantis e alguns órgãos suplementares foram alvo de busca. Esta etapa nos proporcionou acesso às ações, programas e projetos vigentes, bem como aos espaços e equipamentos destinados ao lazer e ao esporte, permitindo-nos constatar que existem ações empregues no cotidiano das instituições (informações atualizadas nos sites) que não são contempladas nos documentos oficiais, assim como existem projetos e metas contidos nos documentos que não chegam a se materializar.

Sabendo que a inclusão de um problema na pauta política envolve disputas, estratégias, alianças, prioridades e, inclusive, o projeto societário vigente (STAREPRAVO; SOUZA; MARCHI JUNIOR, 2011), o processo de análise das fontes nos permitiu identificar se o lazer e o esporte estão incluídos na política universitária e onde ocorreram nos documentos; os órgãos/setores responsáveis por seu fomento/incentivo/desenvolvimento; as principais ações desenvolvidas; os equipamentos existentes; e, ainda, as concepções existentes sobre esses fenômenos.

As universidades mineiras: características e filosofia institucional

Minas Gerais é um estado brasileiro, localizado na Região Sudeste, e comporta uma população de 21 milhões 119 mil 536 habitantes, correspondendo ao segundo mais populoso da região. Apresenta área territorial de 586.520,732 km², com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 0,731 e Densidade demográfica de 33,41 habitantes/km² (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016).

Quanto à economia, o Produto Interno Bruto (PIB) de Minas Gerais é o terceiro do país (R\$ 516,083 bilhões), embora a distribuição *per capita* o coloque na décima posição (R\$ 17,931 bilhões), evidenciando uma disparidade na distribuição de renda que, em

parte, reflete as desigualdades regionais no estado (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016).

Quanto às universidades federais, se comparado aos demais estados do Brasil, Minas Gerais pode ser considerado como “atípico” (CHIARINI; PEREIRA; ZORZIN, 2012), uma vez que, das 55 universidades públicas federais brasileiras, 11 (20%) estão localizadas em terras mineiras. O estado ganha em número de universidades até mesmo de algumas regiões brasileiras, como a Norte e Centro-Oeste, que possuem nove e cinco universidades federais, respectivamente.

Essa distribuição desigual das universidades se dá também dentro dos limites do próprio estado. Entre as 11 universidades apenas uma localiza-se na metade norte (UFVJM, com cinco *campi* distribuídos pela região), ao passo que a metade sul é contemplada com 10 universidades federais com *campi* em 25 diferentes municípios.

Chiarini, Pereira e Zorzin (2012) indicam que as universidades mineiras não formam um grupo homogêneo, uma vez que existem diferenças substanciais entre elas no que se refere, por exemplo, ao “número de cursos, número de alunos, número de vagas, número de docentes, número de bolsas de pesquisa, volume investido em pesquisa, volume de produção científica” (p.328).

Entretanto, ainda que heterogêneas, as universidades mineiras possuem elementos que as aproximam, como, por exemplo, o objetivo de cumprir com o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A fim de enriquecer o panorama sobre essas instituições, buscamos, através dos documentos, melhor compreender as filosofias institucionais, as ideologias e os princípios que regem as práticas pedagógicas das universidades mineiras.

Observamos uma recorrência discursiva quanto às filosofias (missão, visão e valores) e às políticas institucionais das universidades como, por exemplo, “Formação Acadêmica: cidadã, ampliada, cultural, humanística”, “Superação da visão tradicional de ensino”, “Promoção da cidadania” e “Instituição pública, gratuita e de qualidade”.

Os documentos analisados possibilitaram constatar que todas as universidades constitutivas da presente pesquisa definem - em maior ou menor grau - como filosofia e políticas institucionais a promoção de uma educação emancipatória, humanística, integral. A formação, não só de diplomados, mas de cidadãos capazes de atuar de forma consciente e crítica na sociedade, promovendo a cidadania e a defesa dos direitos constitucionais, a valorização das artes e da cultura, a superação da visão tradicional de currículo e, acima de tudo, a garantia do ensino superior público, gratuito e de qualidade.

Segundo Bondía (2002), espera-se que as universidades pensem a educação para além da formação técnico/científica, e a vislumbrem também numa perspectiva teórico/prática, em que as pessoas apareçam como sujeitos críticos, armados de distintas estratégias reflexivas.

Ao que tudo indica, as universidades mineiras respondem (pelo menos no discurso expresso em seus documentos) ao papel social requerido a elas, e possuem

uma tendência maior a um modelo de educação que tem seus objetivos voltados à formação humana (AZEVEDO, 2009). Entretanto, apesar de passo primordial, não basta falar em educação voltada para a realidade social e para a formação integral nas diretrizes, políticas e planos de desenvolvimento, sem o emprego e utilização de mecanismos que orientem e assegurem que estas finalidades sejam cumpridas.

Nesse sentido, a partir dos apontamentos apresentados, e da compreensão ampliada do lazer, do esporte e da Animação Cultural, buscamos identificar se, e de que maneira, o lazer e o esporte se constituíram como veículos destas universidades para o cumprimento (ou não) com a filosofia institucional a que se propõem.

Presença do lazer e do esporte nos documentos

A análise das fontes nos possibilitou apontar que todas as 11 universidades exprimiram em, pelo menos, um documento (PDI, Estatuto ou Regimento Geral), ideias relacionadas ao esporte e/ou ao lazer, sendo o PDI o documento com maior menção⁷.

Tabela 2 – Presença do lazer e esporte nos documentos

Nº	INSTITUIÇÃO (IES)	ESTATUTO	REGIMENTO GERAL	PDI
01	JFJF	-	-	LL E
02	JFLA	-	E L E	LL EE
03	JFMG	-	E - -	LL EE
04	JFOP	-	E - -	LL EE
05	JFSJ	-	- L -	L EE
06	JFTM	-	E L E	L EE
07	JFU	*	E * E	LL EE
08	UFV	-	E L E	LL EE
09	UFVJM	-	- - -	- E
10	UNIFAL-MG	-	E - E	- E
11	UNIFEI	L	E L E	L EE

LL = lazer muito presente no documento / L = lazer pouco presente no documento.
EE = esporte muito presente no documento / E = esporte pouco presente no documento.

* Não contemplou o "lazer" no Estatuto e Regimento Geral, mas exprimiu ideias relacionadas à "recreação".

Fonte: Elaboração própria.

Nos Estatutos e Regimentos Gerais, as ideias expressas relacionadas ao lazer e ao esporte ocorreram em contextos muito específicos. As únicas universidades em que estes não estiveram presentes em nenhum dos dois documentos foram a UFJF e a UFVJM, ao passo que em todas as demais universidades eles se fizeram presentes em,

⁷ A hipótese relaciona-se ao fato de que, enquanto os Estatutos e Regimentos contém as disposições básicas sobre as atividades dos órgãos que constituem a universidade, os PDI's abrangem desde a missão da IES, ao plano de metas e avaliação de um ciclo encerrado, permitindo abordar de forma mais aprofundada os temas/conteúdos que constituem seus eixos temáticos.

pelo menos, um dos dois documentos. É importante salientar que a UFU não contemplou o “lazer” no Estatuto e Regimento Geral, mas expressiu ideias relacionadas à “recreação”.

O caráter de perenidade dos Estatutos e Regimentos foi o que nos motivou a analisá-los, e os dados obtidos permitiram constatar que o lazer e o esporte se fazem presentes em poucas de suas instâncias, levando a entender que o desenvolvimento dessas práticas fica, em grande medida, a cargo de gestões específicas, ou seja, submetidos a objetivos de curto e médio prazo, em vez de configurar algo já institucionalizado em cada uma das universidades.

Entre os PDI's de todas as universidades apenas dois (UFVJM e UNIFAL) não contemplaram o lazer, apesar de sua ocorrência também ter sido pequena em outros três (UFSJ, UFTM e UNIFEI) e em contextos muito específicos. O esporte, por sua vez, esteve presente em todos os PDI's.

O MEC disponibiliza um manual contendo instruções para a elaboração do PDI e apresenta “eixos temáticos” que devem conter no documento de cada instituição. Dessa forma, as análises evidenciaram que as ideias expressas sobre o lazer e o esporte estão localizadas, preponderantemente, nos eixos temáticos: a) “Perfil Institucional”, por meio da elaboração dos objetivos e metas; b) “Projetos Pedagógicos Institucionais”, por meio, sobretudo, das políticas de extensão; c) “Organização Administrativa”, indicando os órgãos da administração central envolvidos na promoção/desenvolvimento do lazer e do esporte; d) “Política de Atendimento aos Discentes” através dos programas de apoio pedagógico, financeiro e estímulos à permanência; e, por fim, e) “Infraestrutura”, através da listagem dos espaços/equipamentos voltados ao desenvolvimento das práticas e vivências do lazer e do esporte, e seus respectivos cronogramas de expansão.

No eixo “Perfil Institucional”, onde as universidades devem discorrer sobre o histórico, a missão, as áreas de atuação acadêmica e sobre os objetivos e metas que estabeleceram para o quinquênio de vigência do PDI, o lazer e o esporte se fizeram presentes entre a maioria das universidades, mais especificamente no tópico “Objetivos e Metas”.

Das 11 universidades, nove fizeram menção aos termos lazer e/ou esporte, enquanto as duas restantes (UFVJM e UNIFAL), apesar de não conterem em seus objetivos e metas vínculo direto com os objetos do estudo, apresentaram indícios de que estes estariam presentes de algum modo. Dentre as nove, seis os apresentaram de forma secundária como metas e ações pontuais vinculadas a algum outro objetivo estratégico, enquanto quatro os compreenderam como um dos eixos principais para balizar as ações de médio e longo prazo, estabelecendo-os como um dos “Objetivos Estratégicos” da instituição (UFLA, UFTM, UFV e UNIFEI).

OBJETIVO: Aprimorar a gestão de projetos esportivos concentrado na Coordenadoria de Esportes e Lazer – Praec; Implementar sistema de registro de projetos de lazer para a comunidade acadêmica. AÇÕES: Revisar e adequar os programas de fomento à prática esportiva; Viabilizar a captação de patrocínios para as equipes esportivas da UFLA; Aumentar o acesso da

comunidade às atividades de lazer, bem como ampliar a quantidade das atividades realizadas na UFLA; Organizar o calendário de eventos de lazer da UFLA (PDI UFLA, 2016, p.84-85, grifo próprio).

Ribeiro (2012), ao analisar os documentos de 15 universidades públicas federais brasileiras (duas em Minas Gerais), destacou que a maioria das enunciações relacionadas ao tema pesquisado são apresentadas por verbos genéricos como “apoiar, incentivar e possibilitar”, evidenciando segundo a autora, uma postura de isenção, de desobrigação da universidade com a promoção de ações relacionadas ao esporte e lazer. De encontro com a afirmação da autora, poderíamos dizer que nove universidades mineiras assumem a responsabilidade quanto ao desenvolvimento e promoção do lazer e do esporte (pelo menos nos “Objetivos” e “Metas Institucionais”), uma vez que os verbos empregados nos documentos as colocam como sujeitos das ações (criar, desenvolver, implementar, instalar/construir, elaborar/implantar, criar/regulamentar, institucionalizar, são alguns exemplos).

Cabe destacar que das nove universidades mencionadas, a UFJF, a UFLA, a UFOP, a UFTM, a UFU e a UFV, apresentaram não só os objetivos, metas e ações, como também, o prazo de execução, o órgão executor (UFLA), o grau de prioridade (UFTM), os indicadores de desempenho (UFOP) e a verba de custeio destinada às ações (UFU). Considerações que, apesar de não garantirem a efetivação destas políticas, indicam maior planejamento e responsabilidade destas universidades para com o lazer e o esporte.

No eixo temático “Projetos Pedagógicos Institucionais”, as universidades devem discorrer sobre a inserção regional, a organização didático-pedagógica, sobre a descrição das políticas e estratégias institucionais e sobre sua responsabilidade social. Dentro deste, a presença do lazer e do esporte ocorreu em grande medida nas Políticas Institucionais das universidades, sendo a maior relação estabelecida com as políticas de Extensão (UFJF, UFU, UFVJM, UNIFAL e UNIFEI), seguida das políticas de Cultura (UFU e UFVJM) e, por fim, de Ensino (UFOP) e de Qualidade de Vida (UFV).

Com exceção da UFTM⁸, todas as demais universidades afirmaram seguir os preceitos preconizados pelo Plano Nacional de Extensão (PNE) e apresentaram a extensão universitária como uma via de mão dupla que exerce interação dialógica entre universidade e sociedade; como fator de integração da comunidade interna; como responsável por proporcionar o diálogo entre os saberes acadêmico e popular; bem como, responsável pela ação conjunta em prol da construção e difusão cultural. Corroborando com o conceito da extensão universitária formulado pelo Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), que a compreende como um processo, regido pelo princípio da indissociabilidade,

⁸ Pelos documentos, a UFMT compreende que a extensão se distingue do ensino e da pesquisa por sua natureza de “aplicação” e “transferência” e por se destinar à comunidade externa, sugerindo que a universidade, enquanto detentora do conhecimento, deva transmiti-lo à comunidade que o cerca, sendo esta, por sua vez, esvaziada de saberes e capacidade produtiva.

“interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2012, p.15).

A UFJF, a UFLA, a UFTM, a UFU, a UFVJM, a UNIFAL e a UNIFEI explicitaram em seus documentos vínculo entre a extensão, o lazer e/ou o esporte, embora a maioria o tenha feito apenas ao citar as ações que desenvolve conforme sua natureza (educacional, científica, técnica, social, cultural, artística e desportiva) ou sua classificação (programa, projeto, curso, evento e prestação de serviço), como evidenciado no destaque a seguir:

[Política de Extensão] Os principais tipos de eventos são: congresso, simpósio, colóquio, fórum, debate, mesa redonda, palestra, oficina, workshop, campeonato, reunião técnica, encontro, jornada, ciclo de estudos, concerto, exposição, espetáculo, feira, mostra, festival, concurso, show, desfile, torneio, recital, performance, entrevista, exibição pública, lançamento de publicações, de produtos, de protótipos e assemelhados; (PIDE UFU, 2016, p.102, grifo próprio).

Segundo Gomes (2004), uma ação bastante comum é a oferta de atividades esporádicas, reforçando a ideia de que o lazer é um simples produto a ser oferecido, como insinua a política nacional de extensão ao enquadrar as ações destas naturezas como “eventos”: cênicos e musicais (recital, concerto, show, apresentação teatral, exibição de cinema e televisão), esportivos (campeonato, torneio, olimpíada, apresentação esportiva) e festivais (espetáculos artísticos, culturais ou esportivos).

Melo (2006) sinaliza que uma política cultural baseada no compromisso com a maioria deveria rever suas prioridades, abandonando a ideia de simples oferecimento de atividades por meio de grandes eventos, para investir em projetos estratégicos de formação, considerando a multiplicidade de manifestações culturais existentes.

As demais universidades não fizeram menção direta ao lazer e/ou esporte na política de extensão de seus documentos, embora, ao citar alguns de seus principais programas e projetos, aparentam conter manifestações destes, como por exemplo: “Programa Inverno Cultural” e “Programa Universidade para a Terceira Idade” (UFSJ); Centro de Extensão destinado exclusivamente à saúde coletiva e qualidade de vida (UFU); e, dentre outros, “Programa Institucional de Bolsas de Cultura e Arte Universitária”, “Ludoteca” e “Projeto Rondon” (UFV).

Um ponto que merece atenção é a aproximação, quase que exclusiva, entre a extensão e a cultura. Embora possam ser alocadas estrategicamente em uma mesma instância organizativa, estas não devem ser confundidas e negligenciadas. A análise da cultura compreendida, segundo Marcellino (2012) “em seu sentido mais amplo”, não pode ficar restrita ao produto da atividade humana, devendo considerar também o processo dessa produção e o modo como esse produto é socialmente elaborado. A extensão, por sua vez, deve ser compreendida como um espaço não mais de difusão ou transferência de informações e resultados de pesquisa, mas de interação e de construção de novos

conhecimentos, integrando estudos e ações já desenvolvidas às demandas sociais (PEREIRA, 2018). Neste sentido, faz-se necessário o desenvolvimento de políticas setoriais que considerem cada uma das especificidades dessas esferas formativas e que tenha uma abordagem integral entre elas.

Identificamos ainda que as ações de extensão são compartilhadas entre as Pró-Reitorias de Extensão (e/ou Cultura) e os Centros de Extensão, subordinados, por sua vez, às Unidades acadêmicas. Ocorrendo, assim, forte vínculo das ações de extensão, desenvolvidas sob as temáticas do lazer e do esporte, com as Faculdades de Educação Física.

Tal relação foi expressa nas fontes primárias de análise de apenas duas universidades: UFJF, que em parceria com a Faculdade de Educação Física e Desporto (FAEFID), desenvolve projetos de extensão nas áreas de esporte, lazer e saúde (Grupo de Dança, Ginástica para Idosos, Espaço de Lazer e Esporte, Pilates, Caminhada Orientada, dentre outros); e UFOP, que por meio do Centro Desportivo da UFOP (CEDUFOP), desenvolve projetos de pesquisa e extensão na mesma área (Escolas de esportes, Projeto de ensino de lutas, Voleibol e Handebol universitários, dentre outros). Entretanto, a busca realizada nos sites oficiais das instituições evidenciou que essa relação se estabelece em todas as demais universidades.

Paiva (2003) indica que essa aproximação é justificada uma vez que, ao deter o lazer e seus conteúdos culturais (especificamente os que abarcam a cultura corporal do movimento) como objeto de estudo e intervenção, as Faculdades de Educação Física assumem papel importante no desenvolvimento de ações nesse âmbito, visto que se configuram como espaços privilegiados para a formulação de políticas culturais, ou seja, para a democratização do acesso aos bens culturais a partir da proposição de experiências de esporte e lazer.

Quanto ao eixo temático “Organização Administrativa”, que discorre sobre a estrutura organizacional, as instâncias de decisão, o organograma institucional e acadêmico, os órgãos colegiados e os órgãos de apoio, visualizamos em todas as 11 universidades quais órgãos da administração central são definidos como responsáveis pela promoção e desenvolvimento do lazer e do esporte na instituição. Desta forma, foram listados um total de 36 órgãos: 24 são Pró-Reitorias (Extensão e/ou Cultura, Assuntos Comunitários e/ou Estudantis, Planejamento e Infraestrutura), 2 são Diretorias (sem informar vínculo com outro setor); e 10 são Órgãos Suplementares (Centros de Cultura, Centro de Treinamento e Centros Esportivos).

Ocorreram também universidades que informaram possuir um órgão específico destinado ao lazer e ao esporte: a UFLA que possui a Coordenadoria de Esporte e Lazer (CEL), a UFMG que possui o Centro Esportivo Universitário (CEU), a UFU que possui a Divisão de Esporte e Lazer Universitário (DIESU), e a UFV que possui a Divisão de Esportes e Lazer (DLZ).

No eixo temático “Políticas de atendimento aos discentes”, que engloba os programas de apoio pedagógico e financeiro, os estímulos à permanência, a organização estudantil e o acompanhamento dos egressos, constatamos forte associação entre as manifestações do lazer e do esporte com as estratégias de assistência estudantil, corroborando com os achados de Ribeiro (2012).

Segundo a autora, esta relação pode estar atrelada aos indicativos presentes na atual política de assistência estudantil a qual estipula, dentre outras, a cultura e o esporte como áreas de sua atuação. Desta forma, com exceção da UFV e da UFVJM, todas as demais universidades mineiras mencionaram seguir os preceitos do PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil ⁹), evidenciando-o como norteador para o desenvolvimento de ações nas áreas de cultura e esporte.

Assim, o lazer e o esporte estiveram presentes de diferentes formas na política de atendimento aos discentes onde: para a maioria delas (10 universidades com exceção da UFVJM), foram apresentados em meio a um conjunto de medidas que devem ser asseguradas aos estudantes ou, ainda, listando os Programas desenvolvidos neste âmbito (programas de apoio pedagógico, apoio financeiro e estímulos à permanência); para quatro universidades (UFSJ, UFTM, UFV e UNIFAL) estiveram presentes no tópico destinado à organização estudantil por meio das Associações Atléticas Acadêmicas (AAA) - órgãos de representatividade estudantil que atuam no âmbito das práticas esportivas; e, por fim, para outras quatro instituições (UFSJ, UFTM, UFU e UNIFEI) no acompanhamento dos egressos, por meio de ações de integração dos egressos à comunidade acadêmica através da participação em eventos artísticos, culturais e esportivos.

[Estímulos à permanência] Assim como, por meio de atuação conjunta da PROAE, DIAAF, PROEX, PROCULT e movimento estudantil, pretende incentivar e apoiar cada vez mais iniciativas que promovam a qualidade no ambiente de estudo, como manifestações artísticas, acesso à cultura, lazer e esporte (PDI UFJF, 2015, p.109, grifo próprio).

Segundo Peixoto (2011), o PNAES é executado por meio do Fundo para Assistência Estudantil, composto pelo equivalente a 10% do orçamento anual (excluída a rubrica de pessoal) que as IFES recebem do Tesouro Nacional. Porém, de acordo com o FONAPRACE (2012), existe uma insuficiência de recursos destinados pelo MEC à assistência estudantil e, em 2012, o valor repassado pelo governo foi três vezes menor do que o valor necessário.

O repasse governamental via PNAES prevê dez áreas de aplicação de recursos (moradia, alimentação, cultura, esporte, dentre outras) para os estudantes assistidos (aqueles com renda *per capita* de até um salário mínimo e meio), entretanto não determina uma rubrica específica destinada a cada uma delas, assim cada universidade assume organização própria quanto à alocação da verba.

⁹ Programa criado no ano de 2007, com o objetivo de viabilizar a permanência dos estudantes nas instituições de ensino superior.

Em um cenário de massificação do ensino superior, a assistência estudantil passa a ter que atender a um maior número de estudantes em menor tempo e com orçamento reduzido (NASCIMENTO, 2014, p.97). Neste cenário, pensar o lazer e o esporte exclusivamente sob a égide da assistência estudantil, os coloca sob o prisma de um gasto adicional, que concorre, dentre um conjunto de medidas (muitas vezes hierarquizadas), por espaços e investimentos que não atendem a todas as demandas.

Quanto à “Infraestrutura”, que apresenta informações referentes à infraestrutura física, bibliotecas, recursos tecnológicos e de audiovisual, plano de promoção de acessibilidade e cronograma de expansão da infraestrutura, todas as 11 universidades mineiras listaram suas “áreas de lazer” e “espaços/centros de convivência”, suas “instalações esportivas”, seus “museus e bibliotecas” e seus “espaços de cultura / centros culturais”, algumas apresentaram ainda o cronograma de expansão das instalações existentes.

Destacam-se três universidades que informaram possuir, para além das estruturas supracitadas, clubes sociais ou, de acordo com sua nomenclatura original, Centro Esportivo Universitário - CEU (UFMG e UFU) e Centro de Integração Universitária - CIUNI (UFLA). Espaços estes que, providos de infraestrutura própria para a “realização de atividades físicas, esportivas, recreativas e de lazer”, destinam-se à comunidade acadêmica e à comunidade externa associada.

Como os dados documentais indicam, as universidades mineiras são *lócus* ricos de equipamentos e espaços de lazer, entretanto o espaço se constitui apenas como uma de suas dimensões. De acordo com Bramante e Pina (2016), uma interpretação equivocada da utilização desses espaços é considerar que esses podem funcionar sem qualquer forma de gestão.

Segundo os autores, existe uma série de procedimentos de gestão, comuns aos espaços específicos, não-específicos e aos espaços naturais de uso aparentemente espontâneo (as áreas verdes, praças, bosques, jardins, etc.), que vão desde o planejamento e construção ou organização do espaço, até a definição de uma política de animação (MARCELLINO, 2012), como por exemplo: estruturação dos recursos humanos, materiais e financeiros necessários para administrar e animar os espaços; elaboração da programação das atividades, programas, projetos, eventos e ações; divulgação à população atendida; e a execução das atividades (BRAMANTE; PINA, 2016).

Ao se considerar o espaço é preciso considerar também o tempo. As atividades e experiências do lazer e do esporte se desenvolvem, essencialmente, nessas duas dimensões, tornando-se impossível evitar essa interface, os usos de um se desdobram nos usos do outro e vice-versa (MARCELLINO, 2007).

Dessa forma, ainda que as universidades aparentem possuir uma diversificada gama de espaços e equipamentos destinados ao lazer, compete saber se estes são suficientes para atender a demanda a que se propõem, uma vez que diversos são os

interesses envolvidos e que a maioria destes equipamentos está localizada nos *campi* sede. E, para além, vale destacar que para usufruto da comunidade acadêmica destes locais, faz-se necessário que seja contemplada também uma política de reordenação do tempo, das jornadas acadêmicas e de trabalho, da carga horária curricular, dos critérios de excelência e produtividade, entre outros marcadores temporais que dificultam a utilização dos espaços. Em outras palavras, não basta ter o local, é necessário, para a efetiva democratização cultural, uma animação sistematizada e uma política de ampliação de acesso aos mesmos.

De forma geral, os dados fornecidos pela análise dos PDI'S, Estatutos e Regimentos Gerais, indicaram de que dentro da dinâmica de grande parte das universidades pesquisadas o lazer e o esporte, longe de comporem a filosofia institucional, se constituíram, fundamentalmente, como veículos das políticas de gestão destinadas à Assistência Estudantil; às Ações Extensionistas; e à Infraestrutura Institucional. Sem, em sua maioria, o fortalecimento do debate sobre estes como direitos e sobre suas relações com as demais esferas sociais e formativas.

Uma vez que a construção do sentido e significado do lazer representa passo primordial para o desenvolvimento de uma política nesta área, essa concepção deveria passar por uma definição mais precisa destes enquanto direitos constitucionais. De tal maneira que, ao ser compreendido como problema político, que merece intervenção ativa dos órgãos competentes, definiriam-se os conteúdos, os princípios, as diretrizes e as estratégias para seu desenvolvimento visando garantir a todos os cidadãos condições para sua fruição (MENICUCCI, 2006).

Entretanto, ao analisarmos o discurso atribuído ao lazer pelas universidades, percebemos um conjunto grande de possibilidades, muitas vezes, vinculadas a outras ações. Dessa maneira, para melhor compreender os entendimentos de lazer que balizaram os apontamentos feitos nos documentos, os significados empregados foram organizados em grupos de aproximação, sendo eles: "Qualidade de vida", "Assistência", "Experiência Formativa", "Garantia de Direitos" e "Sociabilidade".

Para a maioria das universidades mineiras o lazer e o esporte são concebidos enquanto estratégia de promoção à saúde e à qualidade de vida da comunidade acadêmica (UFU, UFV, UFVJM, UNIFAL, UNIFEI); estratégia assistencial, servindo de condição para a manutenção e permanência dos estudantes na instituição, ou como condição de minimização das dificuldades, tensões e conflitos que emergem no cotidiano da vida acadêmica (de forma prioritária na UFJF, UFLA, UFSJ, UFTM e UNIFAL; e, de forma secundária, no discurso da UFU); e, enquanto possibilidade de contato, interação social e troca de experiências (embora de forma secundária, UFLA, UFMG, UFOP, UFU, UNIFAL e UNIFEI).

Ainda que o lazer possa contribuir para tudo isso, é necessário que o mesmo seja compreendido como uma "necessidade social específica e não como subsidiário de outras" (MENICUCCI, 2006, p.155). Neste sentido, poucas (UFLA, UFMG, UFOP e UFU)

foram as universidades que indicaram compreendê-lo enquanto parte integrante das ações educativas que desenvolvem visando a formação integral dos alunos por meio do alargamento do repertório no campo das experiências ou, ainda, enquanto direito constitucional que deva ser universalizado.

Não coincidentemente, foram estas universidades que determinaram os órgãos específicos responsáveis pelo desenvolvimento de uma política de lazer e esporte, informando fontes de financiamento, diretrizes, mecanismos e objetivos. Ou seja, foram aquelas que indicaram, a partir da compreensão do lazer como direito (UFMG e UFU), como processo formativo ou como constituinte do bem-estar social (UFLA e UFOP), os modos de dar materialidade a essas concepções teóricas.

Conclusão

Os documentos indicam que o lazer e o esporte se fazem presentes em todas as universidades públicas federais mineiras em variadas instâncias, mais especificamente na Extensão Universitária, na Assistência Estudantil e na Infraestrutura física, e a partir de diferentes conceitos e objetivos.

Embora todas as 11 instituições investigadas referenciem o lazer e o esporte em seus documentos, a falta de precisão no trato das questões relativas a esses revela a inexistência de políticas institucionais voltadas para essa dimensão, ou seja, poucas são aquelas universidades que conseguem concentrar seus esforços e definir uma política própria (com princípios, diretrizes, aporte financeiro, corpo técnico, etc.) para o desenvolvimento destes.

A análise dos documentos primários indicou, inicialmente, que apenas a UFLA, a UFMG, a UFU e a UFV possuem um órgão destinado à promoção de políticas de lazer, entretanto, recorrendo aos *sites* oficiais, constatamos que a UFTM, UFVJM e UNIFEI também possuem um órgão específico para esse fim. Não conseguimos realizar a análise destes, uma vez que os documentos disponíveis para consulta, durante o desenvolvimento da presente pesquisa (até 2018), encontravam-se desatualizados.

Tais achados vão de encontro aos de Ribeiro (2012) que constatou “que as universidades investigadas não possuem políticas e/ou não incluem em sua política institucional proposições concretas destinadas ao esporte e ao lazer” (p.99). Existem indícios de que as universidades mineiras têm voltado o olhar para essas políticas, inclusive pela destinação de um órgão responsável por sua execução, entretanto, salientamos a necessidade de novas pesquisas com as versões atualizadas dos documentos a fim de confirmar tais apontamentos.

O conjunto das fontes nos possibilitou maior entendimento sobre como as universidades públicas federais de Minas Gerais lidam com o lazer e o esporte, entretanto apenas a análise documental não permitiu inferir sobre a efetivação/materialização destas políticas, sendo necessário uma pesquisa que debruce também sobre suas fases de implementação e avaliação.

Por fim, tomando o lazer e o esporte como um dos caminhos possíveis para a conformação de novos olhares, novas sensações e novas sensibilidades, capazes de intervir na realidade e caminhar para a construção da universidade e da sociedade que almejamos, destacamos a necessidade de que as estruturas universitárias compartilhem sinergicamente de um objetivo comum, a partir de um consenso mínimo em relação às concepções ampliadas do lazer, a fim de desenvolver uma política adequada à sua efetivação.

Referências

AZEVEDO, José Clóvis. Educação tecnicista versus formação humana: os ciclos de formação e o desafio da aprendizagem para todos. **Revista Competência**, v. 2, n. 2, 2009, p.11-35.

BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, 2002.

BRAMANTE, Antônio C.; PINA, Luiz W. **Formação em programas sociais: PELC e Vida Saudável**. Educação à Distância – EaD. Ministério do Esporte. Universidade Federal de Minas Gerais. 2016.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.773/2006**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Ministério da Educação. Brasília, 09 de maio de 2006. Disponível em: <http://www2.mec.gov.br/sapiens/portarias/dec5773.htm>. Acesso em: 03 ago. 2017.

_____. **Decreto-Lei nº 9.394/1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9394.htm. Acesso em: 16 out. 2017.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educ.** [online]. n.24, p.5-15, 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2017.

CHIARINI, Tulio; PEREIRA, Karina Vieira; ZORZIN, Paola La Guardia. Universidades federais mineiras: análise da produção de pesquisa científica e conhecimento no contexto do sistema mineiro de inovação. **Nova econ.** v.22, n.2, p.307-332, 2012.

CHIARINI, Tulio; VIEIRA, Karina Pereira. As universidades federais mineiras estão se tornando mais desiguais? Análise da produção de pesquisa científica e conhecimento (2000-2008). **Educação e Pesquisa.** v.38, n.4, p.897-918, 2012.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação superior no Brasil: múltiplas regulações e controle. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 27, n. 1, abr. 2011.

FERREIRA, Suely. **A universidade do século XXI: concepções, finalidades e contradições**. 2009. 305 f. (Tese em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, 2009.

FONAPRACE, Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Revista Comemorativa 25 Anos: histórias, memórias e múltiplos olhares** / Organizado pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, coordenação, ANDIFES. – UFU, PROEX, 2012.

FORPROEX, Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: FORPROEX, 2012.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *In: Planejamento e Políticas Públicas*. Brasília, n. 21, p.211-259, jun. 2000.

GOMES, Christianne Luce. Estudos do Lazer e geopolítica do conhecimento. **Revista Licere**. Belo Horizonte, v.14, n.3, p.1-25, set./2011.

_____. Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. Belo Horizonte, v. 1, n.1, p.3-20, jan./abr. 2014.

_____. Verbete Lazer – Concepções. *In: GOMES, Christianne L. (Org.). Dicionário Crítico do Lazer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004. p.119-126.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Estimativas populacionais para os Estados brasileiros**. 2016. Rio de Janeiro. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 13 mar. 2018.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: UFMG, 1999, p.214.

MARCELLINO, Nelson Carvalho *et al.* **Espaços e equipamentos de lazer em região metropolitana: o caso da RMC - Região Metropolitana de Campinas**. Curitiba: OPUS, 2007.

_____. **Estudos do Lazer: uma introdução**. 5. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2012.

MELO, Vitor Andrade de. A animação cultural, os estudos do lazer e os estudos culturais: diálogos. **Revista Licere**. Belo Horizonte, v.7, n.2, p.87-103, dez./2004.

_____. **Animação cultural: conceitos e propostas**. Campinas: Papyrus, 2006.

_____. Animação Cultural: um ponto de vista desde o Brasil, um ponto de vista desde a América Latina. **Revista Iberoamericana** v.1, n.1, out. 2006a/fev. 2007.

MENICUCCI, Telma. Políticas públicas de lazer: questões analíticas e desafios políticos. *In*: ISAYAMA, Hélder Ferreira; LINHALES, Meily Assbú (Org.). **Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006, p. 136-163.

NASCIMENTO, Clara Martins do. A assistência estudantil consentida. **Universidade e Sociedade** / Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – Ano I, n.1, fev.1991. Brasília, 2014 – Ano XXIII, n.53. p.88-103.

PAIVA, José Luis. **Lazer, política cultural e extensão universitária no projeto de ensino, pesquisa e extensão: recreação comunitária**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP. 2003.

PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda. Políticas para Democratização do Acesso e a Inclusão Social na Educação Superior do Brasil. *In*: PAULA, Maria de Fátima Costa; LAMARRA, Norberto Fernández (Org.). **Reformas e Democratização da Educação Superior no Brasil e na América Latina**. Aparecida: Editoria Ideias e Letras, 2011.

PEREIRA, Brisa de Assis. **Políticas culturais de lazer e esporte nas universidades públicas federais de Minas Gerais**. [manuscrito] / Brisa de Assis Pereira – 2018. 149 f.: il.

RIBEIRO, Gabriela Machado. **Políticas de esporte e lazer: o papel da universidade em questão**. Pelotas: UFPel: ESEF, 2012.

RIBEIRO, Gabriela Machado; MARIN, Elizara Carolina. Universidades públicas e as políticas de esporte e lazer. **Revista Licere**, Belo Horizonte, v.15, n.3, set/2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 2004.

STAREPRAVO, Fernando Augusto; SOUZA, Juliano de; MARCHI JUNIOR, Wanderley Marchi. Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil: uma proposta teóricometodológica de análise. **Movimento**, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 233-251, jul/set de 2011.

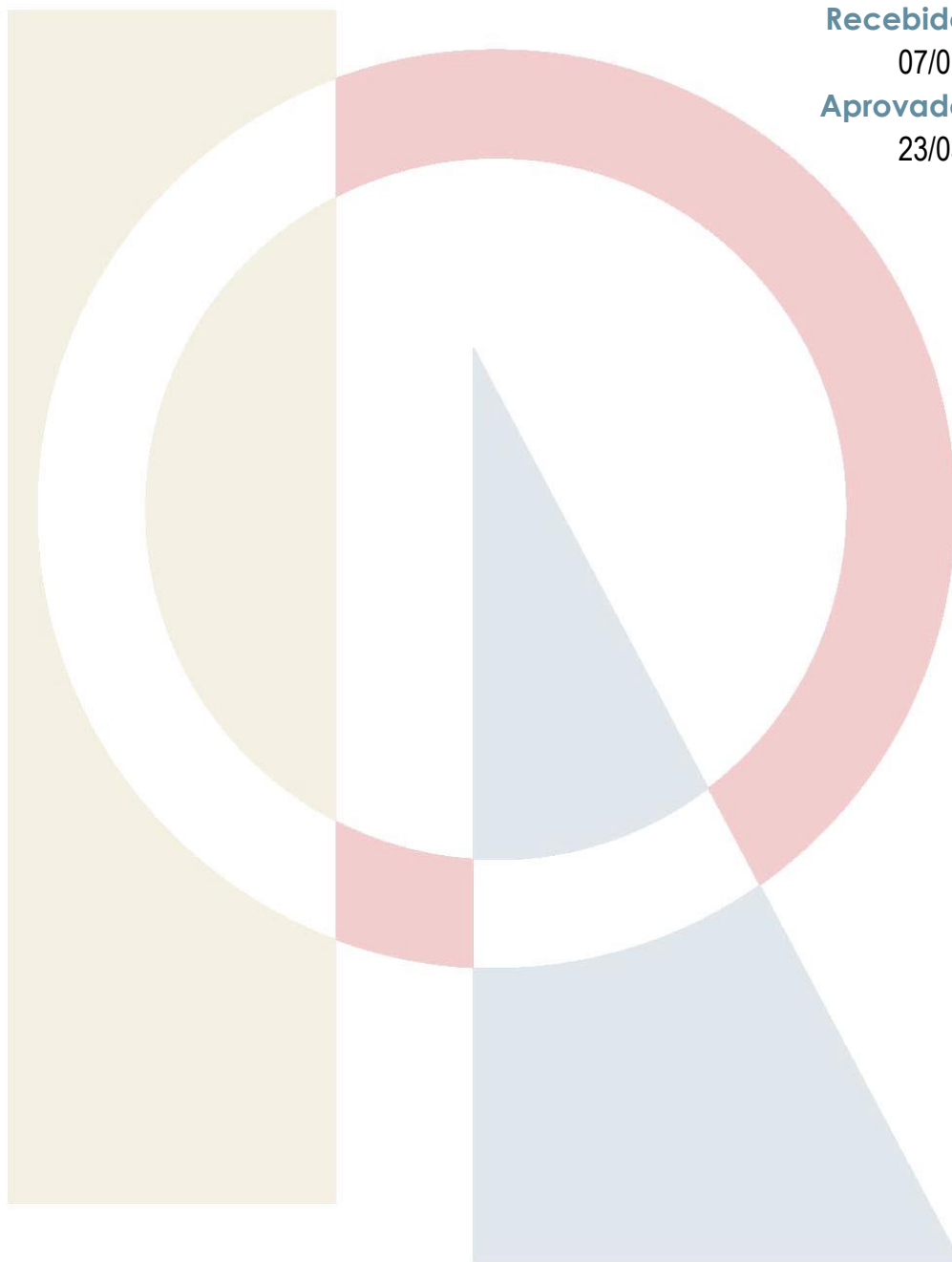
UFJF, Universidade Federal de Juiz de Fora. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2015-2019** / Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2015. 144 p.

UFLA, Universidade Federal de Lavras. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2016-2010** / Universidade Federal de Lavras. Lavras, 2016, 255 p.

UFU, Universidade Federal de Uberlândia. **Plano Institucional de Desenvolvimento e Expansão da UFU (PIDE) 2016-2021** / Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2016, 199 p.

Endereço para correspondência:

EEFFTO/UFMG, Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha Belo Horizonte – MG – 31.270-901.



Recebido em:

07/01/2021

Aprovado em:

23/03/2021